



“A determinação de apurar, de ir até as últimas conseqüências, doa a quem doer, está definida e colocada de forma irrefutável pelo presidente Lula”  
IDELI SALVATTI

## PT e oposição querem investigar um ao outro

“A CPI não pode, nem deve, ter objetivos eleitorais. Não se pode confundir apuração de desvio de recursos com atividade eleitoral”  
HERÁCLITO FORTES

Enquanto Heráclito Fortes anunciava a coleta das primeiras assinaturas para a CPI das ONGs, destinada a apurar o repasse de recursos a organizações não-governamentais ligadas ao PT, Ideli Salvatti cobrava da oposição empenho em investigar indícios de envolvimento de ex-ministros do governo FHC com a máfia das ambulâncias. **Página 3**

## Maciel propõe reforma que separe política da administração

O senador Marco Maciel defendeu ontem uma reforma que defina e delimite os papéis que cabem à política e à administração pública. Na sua visão, à política cabe definir o que fazer e à

administração apontar como fazer. Ele recorreu às lições de Campos Salles, ex-presidente da República de 1898 a 1902, que pregava ordem na política e nas finanças do governo. **Página 4**



Almeida Lima: pesquisas não devem influenciar a escolha do eleitor

## Almeida Lima critica decisão do STF sobre pesquisas eleitorais

Senador afirma que tribunal não deveria ter derrubado lei que proíbe divulgação de pesquisas 15 dias antes das eleições. **Página 4**

## Cavalcanti aponta paralisa na construção à espera de pacote

O que era para ser um estímulo à construção civil acabou gerando efeito contrário. Segundo o senador Roberto Cavalcanti, o anúncio do pacote de incentivos ao setor, feito há 12 dias

pelo governo, levou toda a cadeia produtiva da construção à paralisação. Do comércio de materiais de construção aos agentes financeiros, todos estão à espera das novas regras. **Página 4**



Maciel parafraseia ex-presidente Campos Salles: “Este país só precisa de administração”



Cavalcanti pede ao governo pressa na oficialização do pacote de incentivos à habitação

Relator do processo contra Magno Malta no Conselho de Ética espera esclarecer em breve dúvidas e contradições sobre acusação de uso de veículo da Planam pelo senador capixaba

## Demostenes deve concluir parecer até fim de outubro

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo contra Magno Malta (PL-ES) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, afirmou ontem que deve apresentar seu relatório sobre o caso até o fim de outubro. Adiantou, contudo, à Agência Senado, que sua conclusão depende do esclarecimento de dúvidas e contradições sobre as acusações de que Malta teria recebido um carro como pagamento para beneficiar a máfia das ambulâncias.

– Eu preciso da cópia do cheque – disse Demostenes, referindo-se ao cheque de R\$ 50 mil que Luiz Antônio Vedoin, sócio da Planam, alega ter assinado como pagamento pelo carro dado a Malta.

Em depoimento à CPI dos



Demostenes: deputado Lino Rossi isenta Magno Malta, mas não apresenta provas

Sanguessugas, Luiz Antônio afirmou ter entregue o veículo a Malta como parte de pagamento pela apresentação de emendas ao Orçamento. O senador defende-se das acusações com a argumentação de que o Fiat Ducato teria

Márcio Kolumbe

sido um empréstimo pessoal do deputado federal Lino Rossi (PP-MT), que também está sendo investigado pela CPI.

– Lino isenta Malta, mas não apresenta provas. Se insistirmos nisso, não vamos terminar nunca – observou Demostenes.

Além da cópia do cheque, o relator aguarda o depoimento dos irmãos Valdir Agostinho Piran e Valcir Piran, donos da empresa de *factoring* que teria vendido o Fiat Ducato a Luiz Antônio Vedoin. A oitiva está agendada para o dia 5 de outubro, no Conselho de Ética.

Demostenes espera ainda receber em breve, do Departamento de Trânsito, o histórico do veículo que foi utilizado por Magno Malta.

## Compensação a passageiro vítima de overbooking em exame na CCJ

Está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do presidente do Senado, Renan Calheiros, que dá ao gerente de empresa aérea maior autonomia para, no caso de excesso de passageiros em determinado voo, oferecer diversas modalidades de compensação, em dinheiro ou em serviços, facultando-se ao passageiro vítima do *overbooking* aceitá-las ou não.

O projeto (PLS 160/00) tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e, depois de

votado na CCJ, será encaminhado ao exame da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Com a iniciativa, Renan pretende que o Brasil adote, para os casos de prática de *overbooking*, o sistema de leilão empregado em vários países, em que o gerente da empresa aérea tem autonomia para compensar os passageiros prejudicados.

Na justificativa do projeto, Renan diz que a venda de passagens em quantidade maior que a capacidade do avião vem sendo praticada pela maioria das empresas aéreas nacionais e internacionais, “cons-



Rosevelt Pinheiro

Projeto de Renan Calheiros dá maior autonomia ao gerente da empresa aérea

tituindo-se em um verdadeiro pesadelo para as pessoas que se vêem na contingência de esperar horas e horas num saguão de aeroporto, até sua acomodação noutro voo, muitas vezes tendo que aceitar a transferência de sua viagem para outro dia”.

## Tuma propõe mudança na legislação para reforçar a segurança pública

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou neste ano seis projetos que tratam do combate à criminalidade e do reforço da segurança pública. As matérias, que aguardam a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), propõem alterações na Lei de Execução Penal, no Código Penal e no Código de Processo Penal, além da inclusão, na Lei dos Crimes Hediondos, de homicídio doloso praticado contra funcionário público no exercício da função.

As mudanças na Lei de Execução Penal são propostas por dois projetos. O PLS 158/06 determina que a autoridade administrativa policial poderá decretar, pelo prazo máximo de 30 dias, o isolamento preventivo ou a inclusão provisória no regime disciplinar diferenciado de preso temporário ou de condenado a quem se impute prática de falta grave.

Já o PLS 161/06 modifica o artigo 52 da Lei de Execução Penal para possibilitar que o período de isolamento do preso em regime disciplinar diferenciado perdure pelo tempo necessário à manutenção da ordem e da disciplina no sistema prisional.

As modificações no Código Penal são apresentadas por meio de duas proposições. A primeira – PLS 159/06 – dá nova redação ao artigo 288 para possibilitar



Célio Azevedo

Romeu Tuma quer maior rigor nas medidas de combate à criminalidade

que o período de reclusão de acusados de envolvimento em quadrilha varie de dois a seis anos, contra a pena atual prevista, que vai de um a três anos de reclusão.

– O projeto busca diferenciar as quadrilhas que atuam contra o patrimônio alheio daquelas que atentam contra o poder constituído e procuram difundir pânico à população – explica o senador.

A outra proposta (PLS 162/06) acrescenta parágrafo ao artigo 121 do Código Penal e estabelece pena que varia de 20 a 30 anos de reclusão para o crime de homicídio doloso praticado contra funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

Esse tipo de crime também é tema do PLS 167/06, que prevê sua inclusão na Lei dos Crimes Hediondos.

Por fim, o PLS 160/06 revoga o Protesto por Novo Júri, recurso especial previsto no Código de Processo Penal.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 9h, o Senado realiza sessão não-deliberativa, sem votação de matérias, destinada à leitura de expediente e discursos dos parlamentares.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Almeida Lima, Marco Maciel e Roberto Cavalcanti

Senadora argumenta que investigação não deve se restringir à origem do dinheiro. Heráclito colhe assinaturas para comissão parlamentar de inquérito

## Ideli cobra a apuração de denúncias do dossiê

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), cobrou da oposição maior empenho para investigar o conteúdo do suposto dossiê envolvendo os ex-ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri no esquema de compra de ambulâncias. Para a senadora, é necessário averiguar a veracidade das informações nele contidas. Ela disse que a apuração não deve se restringir apenas à origem do R\$ 1,7 milhão apreendido pela Polícia Federal que, supostamente, seria usado para comprar o dossiê.

– Sinto-me na obrigação de exigir que alguém do PFL ou do PSDB diga também que se deve ir até as últimas conseqüências em relação aos dois lados da moeda. Ouço muito falar que se deve investigar quem está envolvido na tentativa da compra [do dossiê]. No entanto, até agora não ouvi falar que se deve investigar com o mesmo rigor se há ou não pertinência, relação ou confirmação de indícios do envolvimento dos dois ex-ministros [no esquema das ambulâncias] – observou.

A senadora leu matérias de jornais, publicadas este mês, segundo as quais o médico Platão Fischer Pühler é um dos 42 indiciados da Polícia Federal no esquema da máfia dos vampiros e “um homem próximo do ex-ministro da Saúde José Serra, candidato do PSDB ao governo de São Paulo”.

Ideli frisou que as investigações que culminaram nas prisões de um ex-segurança do presidente da República e um filiado do PT que portavam o dinheiro foram de iniciativa da Polícia Federal, ou seja, do próprio governo, que, a seu ver, não vem poupando esforços para punir com rigor os responsáveis pelo episódio.

## Oposicionistas afirmam que cabe à PF fazer a completa investigação

Logo após o discurso de Ideli Salvatti, exigindo da oposição maior empenho na apuração de denúncias do suposto dossiê envolvendo os ex-ministros da Saúde José Serra e Barjas Negri na máfia das ambulâncias, Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou que é papel da Polícia Federal apurar o caso e que o PFL não tem compromisso com o erro e apóia a apuração e punição de todos os culpados no episódio.

– Falo em nome do PFL que não temos compromisso com o erro. Apurem e punam os culpados. Não é dado o direito a ninguém de tentar jogar pecados por baixo do tapete para não serem apurados. O mal do PT é um só: sabe que está no banco dos réus, que cometeu crimes, mas quer companhia. Fique só. Não queremos isso. Que o PT assuma.

Já Almeida Lima (PMDB-SE) perguntou



Ideli: governo não poupa esforço para punir com rigor

– Essa determinação de apurar, de ir até as últimas conseqüências, doa a quem doer, está definida e colocada de forma irrefutável pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### “Factóide”

Em entrevista à imprensa pela manhã, Ideli desqualificou a iniciativa do senador Heráclito Fortes (PFL-PI) de pedir a criação de uma CPI para investigar as organizações não-governamentais ligadas ao PT. Para ela, isso é “um factóide” e o dossiê deve ser analisado pela CPI dos Sanguessugas, já que, a seu ver, o assunto é correlato, pois os documentos são sobre a gestão Serra-Barjas no ministério.

Ideli também criticou a tentativa de impugnação da candidatura do presidente Lula à reeleição, que, em sua opinião, trata-se de “marola, sem base jurídica e com fins claramente eleitorais”. Ela frisou que o PT está preparado para ganhar “no primeiro, no segundo, no terceiro e em todos os turnos e retornos que a oposição quiser”. Mais uma vez, a senadora ressaltou que todos os culpados serão punidos.

a Ideli quem dirige a PF: se a oposição ou o governo. Ele disse que investigar a autoria e a compra do dossiê e o que contém o documento é o óbvio, e que, se o governo não está investigando “os dois lados da moeda”, como a senadora afirmou, só pode ser por irresponsabilidade ou por omissão.

Almeida Lima sugeriu ao presidente Lula que aplique a si próprio o que fez com o coordenador de sua campanha, Ricardo Berzoini, afastado sob o argumento de que, a dez dias da eleição, teria que perder muito tempo dando explicações sobre a compra de um dossiê.

– Por que Lula não toma essa medida em relação a si próprio? Como pretende compatibilizar a sua agenda de candidato com as explicações que dá a todo momento sobre o dossiê montado pelos seus companheiros? – perguntou Almeida Lima.

## Heráclito diz que CPI não tem objetivo eleitoreiro

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem em Plenário que sua proposta de criação de uma CPI para investigar a aplicação de verbas federais repassadas a organizações não-governamentais (ONGs) “não pode nem deve ter objetivos eleitoreiros”. A partir desse raciocínio, o senador – que já iniciou a coleta de assinaturas para criar a CPI – defendeu a instalação após as eleições.

Segundo o parlamentar, a comissão terá a tarefa de separar as ONGs que auxiliam o governo na prestação de serviços à população daquelas que se utilizariam de prestígio junto aos governantes para ter acesso a recursos “que ninguém sabe como são aplicados”. Tanto em seu discurso em Plenário quanto na justificação do requerimento de criação da CPI, o pefelista cita situações suspeitas contra entidades beneficiadas com verbas federais.

As suspeitas iniciais são dirigidas à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), que teria recebido, semana passada, R\$ 4,1 milhões do governo federal e tido como dirigente o petista Jorge Lorenzetti, suspeito de participar das negociações de compra de um dossiê que ligaria José Serra à máfia das ambulâncias. Com base em dados do site Contas Abertas, Heráclito revelou que a entidade recebeu cerca de R\$ 800 mil em verbas federais no governo passado, repasses que teriam saltado para mais de R\$ 18 milhões no atual governo.

O pefelista também apontou como beneficiária de transferências do gênero a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, que seria comandada por líderes



Heráclito Fortes relaciona organizações suspeitas

do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que estiveram à frente da recente invasão e depredação de dependências da Câmara dos Deputados. Em seguida, comentou informação recebida por e-mail de que uma ONG chamada Amigo de Plutão, cujo trabalho seria discutir a nomenclatura dos planetas, teria recebido R\$ 3,5 milhões em verbas federais. Em aparte, Almeida Lima (PMDB-SE) apoiou a proposta da CPI.

### Resposta

Em entrevista, Heráclito rebateu declarações da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, que classificou como eleitoreira a criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o repasse de recursos da União para ONGs.

Para o parlamentar, que já coletou oito assinaturas e garante que há outros 18 senadores interessados em assinar o documento, a verificação dos repasses para as ONGs mostra-se extremamente necessária já que, segundo o senador, a transferência de recursos do governo para essas organizações soma mais de R\$ 1 bilhão.

## Líder do PT refuta insinuação de que verba a entidades foi desviada

Ideli Salvatti (PT-SC) leu ontem, em Plenário, notas emitidas pelo Ministério do Trabalho e pela organização não-governamental Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), explicando o repasse de recursos do governo federal para a ONG. A senadora refutou “a insinuação” de que o repasse de recursos, ao longo dos últimos dias, tenha “alguma conexão com o episódio da tentativa de compra de informações”, referindo-se ao chamado dossiê Serra.

A senadora lembrou que os recursos repassados para a Unitrabalho, conforme noticiado pela imprensa, dizem respeito a uma parcela de um convênio de 2005, mas que, devido a pendências documentais, não foram repassados na época oportuna. Os recursos “objeto das insinuações” – R\$

3,4 milhões – referem-se, segundo Ideli, à segunda parcela do convênio de 2005, que só ficou disponível na conta da Unitrabalho no dia 18 de setembro.

– Portanto, qualquer possibilidade de conexão entre R\$ 1,7 milhão e esse recurso da Unitrabalho era materialmente impossível, porque o depósito em conta só foi realizado na segunda-feira.

A líder do Partido dos Trabalhadores ressaltou que as notas são uma resposta às ilações sobre corrupção no governo, “que caracterizam o clima eleitoral”.

A senadora sustentou também que a Unitrabalho é uma organização não-governamental acreditada junto à rede de grandes universidades federais e particulares do país. Entre estas estariam a Universidade de Brasília (UnB) e as pontifícias universidades católicas (PUCs).

Para senador, o Brasil exige uma reforma que defina e delimite os papéis que cabem à esfera da política e à esfera da administração, separando as funções do Estado

## Maciel defende prioridade para reformas institucionais

A priorização das reformas institucionais, com destaque para a reforma política, foi mais uma vez defendida por Marco Maciel (PFL-PE). Lembrando lições do ex-presidente da República Campos Salles, que pregava ordem na política e nas finanças do governo, o senador disse que “este país só precisa de administração”, parafraseando o ex-presidente.

Para Maciel, o país exige uma reforma institucional que defina e delimite os papéis que cabem à esfera da política e à esfera da administração, separando as funções do Estado. “A política cabe definir o que fazer e à administração apontar como fazer”, explicou.

– Estão ocorrendo transformações profundas no modo de operar do regime democrático. Não se fala de bom governo e mau governo, tampouco de governo máximo e governo mínimo, mas de governabilidade e ingovernabilidade. Nesse sentido, a reforma institucional da Federação só poderá ser considerada adequada ao equilíbrio exigido entre poderes



Maciel observa que à política cabe definir o que fazer e à administração apontar como fazer

locais, regionais e nacional se as competências concorrentes forem efetiva, nítida e explicitamente repartidas – afirmou Maciel.

O senador disse que, quanto mais se descentraliza, mais próximo o governo fica da população. Ele ressaltou que no território da política são necessários mecanismos nítidos e objetivos que evitem incompatibilidades entre os interesses privados dos governantes e as decisões públicas que eles devem tomar.

Maciel observou que, no campo da administração, não é diferente, em relação aos instrumentos de controle de sua eficiência e de aferição da impessoalidade das decisões que lhe são atribuídas.

– Isso implica a necessidade de organização hierarquizada e de mecanismos que ensejem à sociedade responsabilizar seus agentes pelos abusos e excessos que cometerem. Por essas razões, a

profissionalização das carreiras administrativas calçadas no mérito e na competência não pode deixar de ser a regra geral. E o provimento dos cargos que a lei declarar sujeitos à confiança pessoal, a exceção – frisou.

O senador concluiu que, observando esses princípios, “a atividade política servirá aos interesses de toda a sociedade e a atividade administrativa atenderá às exigências legítimas que a lei garante a cada cidadã ou cidadão”.

## Almeida Lima é contra pesquisa às vésperas das eleições

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou ontem decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade de parte da Lei 11.300/06 – conhecida como Lei da Minirreforma Eleitoral –, que proibia a divulgação de pesquisas eleitorais a partir de 15 dias antes das eleições.

O senador argumentou que a Constituição federal, em seu artigo 1º, estabelece que o Brasil é uma República federativa e um Estado democrático de direito, tendo como princípio maior “a vontade soberana do povo”.

Na avaliação de Almeida Lima, o tribunal teria se equivocado em sua interpretação, ao colocar o princípio do direito à informação acima do princípio da soberania da vontade popular. Segundo o parlamentar, o eleitor precisa ir votar “apenas com sua consciência e não dirigido por pesquisas



Almeida Lima diz que decisão do STF foi equivocada, pois as pesquisas eleitorais podem influenciar voto

indutoras, eivadas de vícios por abuso de poder econômico”.

– O STF cometeu um erro muito grave. Ele deveria conhecer a realidade deste país, onde a divulgação de pesquisas induz o

eleitor a votar em quem está melhor nelas. Nós sabemos de que resultam as pesquisas eleitorais: da fraude, do embuste e dos vícios, que levam a não tornar legítima a eleição; a não tornar válida, respeitada e soberana a vontade popular – disse o parlamentar.

Almeida Lima citou como exemplo as discrepâncias entre os resultados de pesquisa do instituto Ibope para o governo do estado de Sergipe, em 1994. A pesquisa, salientou o senador, dava como certa a eleição de Albano Franco em primeiro turno, com diferença de 20 pontos percentuais sobre Jackson Barreto, quando os resultados do Tribunal Regional Eleitoral deram vitória ao segundo colocado nas pesquisas.

## Governo provocou paralisa no setor de construção, afirma Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou ontem que o anúncio do pacote de incentivo à construção civil e de mudanças nos sistemas de financiamento, feito pelo governo há 12 dias, está levando o setor a uma paralisa.

O senador disse que os agentes financeiros não conseguem fechar novos empréstimos habitacionais, pois as pessoas querem detalhes do novo financiamento com prestação fixa, sem correção pela Taxa Referencial (TR). Como o Conselho Monetário Nacional ainda não divulgou a nova regulamentação, não há como atender aos futuros mutuários.

No comércio de materiais de construção, continuou Roberto Cavalcanti, o anúncio de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns itens da construção civil também vem provocando problemas. Os clientes procuram as lojas afirmando que querem o desconto, o qual ainda não existe legalmente.

O senador ponderou que, pela forma como o pacote foi anunciado, as pessoas ficaram com a impressão de que a queda do IPI iria reduzir em muito o preço dos materiais de construção. Ele lem-



Roberto Cavalcanti cobra regulamentação de pacote anunciado pelo governo

brou que, na verdade, a alíquota média de IPI cairá de aproximadamente 10% para cerca de 5%, o que não provocará reduções de preços tão substanciais como se poderia imaginar.

### Refis

Roberto Cavalcanti pediu transcrição nos Anais do Senado de artigo do empresário Merheg Cachum, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Plástico, publicado ontem pelo jornal *Gazeta Mercantil*. No texto, ele afirma que o programa de refinanciamento de dívidas do governo (Refis) só ajuda empresas que enfrentam momentaneamente algum problema.

## Senado realiza campanha para seus servidores doarem sangue

Mais uma campanha de doação de sangue será realizada pelo Senado entre os servidores, prestadores de serviço, terceirizados e estagiários da Casa. Com o apoio da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), a instituição pretende coletar, nos dias 3 e 4 de outubro, pelo menos 80 bolsas de sangue para reforçar o estoque que atende aos pacientes internados em hospitais do Distrito Federal.

A coleta será realizada no estacionamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a Gráfica do Senado, onde um ônibus da FHB estará especialmente equipado para o ato médico, que será realizado sempre a partir das 8h. Na FHB, o sangue coletado é separado em seus componentes e enviado aos hospitais. Cada bolsa pode ajudar de dois a quatro pacientes.

A campanha é mais uma ação do Programa de Responsabilidade Social do Senado. Em sua primeira edição, no ano passado, foram coletadas 60 bolsas, para uma meta de 45.

### Segurança

Doar sangue não oferece qualquer risco ao doador, que é sempre

submetido, momentos antes, a exame médico para dizer se é uma pessoa apta ou não para a doação. O material usado é totalmente descartável, eliminando qualquer possibilidade de contaminação. Além disso, uma amostra do sangue coletado é submetida a teste para detecção de possíveis problemas, como o mal de Chagas, hepatite e HIV, bem como para a identificação do tipo sanguíneo.

A doação só pode ser feita como um ato voluntário, com proibição legal de qualquer forma de pagamento. Em cada doador, o máximo de sangue coletado representa 450 mililitros – uma pessoa adulta tem em média cinco litros de sangue. Nova coleta pode ser realizada depois de intervalo de três meses, para as mulheres (no limite de três vezes ao ano), e de dois meses no caso dos homens (até quatro vezes por ano).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o ideal seria que 5% da população doasse sangue pelo menos uma vez por ano. Mas, no Brasil, essa taxa é de apenas 2%, o que acarreta permanente insegurança no abastecimento dos hospitais.